

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# CÍRCULOS DE AÇÃO E REFLEXÃO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Cledinaldo Aparecido Dias, Patrícia Morais Lima, Pablo Peron de Paula, Magnus Luiz  
Emmendoerfer

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16277>

Submetido em: 2026-05-26

Postado em: 2026-05-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)



**Dossiê “Abordagens epistêmicas e metodológicas para integrar extensão e pesquisa ao ensino de Graduação e Pós-graduação em Administração” – REAd 2025**

## **CÍRCULOS DE AÇÃO E REFLEXÃO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**Cledinaldo Aparecido Dias**

Universidade Estadual de Montes Claros(Unimontes)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Ciências da Administração/Instituto de Ciências Agrárias, Campus Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7707-9664> , [cledinaldo.dias@unimontes.br](mailto:cledinaldo.dias@unimontes.br)

**Patrícia Morais Lima**

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Núcleo de Estudos em Economia Criativa e Inovação, Campus Darci Ribeiro, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5789-0839> , [patriciamoraislima@gmail.com](mailto:patriciamoraislima@gmail.com)

**Pablo Peron de Paula**

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Departamento de Ciências da Administração, Campus Darci Ribeiro, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9930-6306> , [pablo.peron@unimontes.br](mailto:pablo.peron@unimontes.br)

**Magnus Luiz Emmendoerfer**

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Administração, Campus Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644> , [magnus@ufv.br](mailto:magnus@ufv.br)

## RESUMO

Este relato de experiências tem como objetivo apresentar um percurso teórico-metodológico para operacionalização de Círculos de Ação e Reflexão (CAR) como estratégia para integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão (EPE) universitária. Apresenta-se o uso do CAR como recurso metodológico para desenvolvimento de políticas públicas e rotas turísticas voltadas para o incentivo dos empreendimentos criativos no semiárido brasileiro, especificamente, na Rota Grão Mogol do Circuito do Lago do Irapé, norte de Minas Gerais, Brasil. As ações realizadas evidenciam o potencial do CAR como proposta de intervenção que contempla a atuação efetiva dos atores sociais na busca de soluções de problemas, geração de conhecimento prático, empoderamento dos participantes, flexibilidade, valorização da experiência subjetiva e promoção de mudanças. Todavia, a experiência revelou desafios importantes a serem administrados, como a dificuldade de garantir o envolvimento igualitário dos participantes, os conflitos de interesse e o gerenciamento de tempo e de recursos. Depreende-se que o uso do CAR pode viabilizar uma formação crítica, sistêmica e humanizada do sujeito, revelando-se um mecanismo dialógico efetivo, que articula saberes locais e conhecimentos científicos de forma a aumentar a eficácia de intervenções.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Metodologia, Políticas Públicas, Rotas Turísticas.

## **ACTION AND REFLECTION CIRCLES AS A STRATEGY FOR INTEGRATING TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION**

### **ABSTRACT**

This experience report seeks to present reflections on the use of Action and Reflection Circles (CAR in Portuguese) as a methodological strategy for developing actions that integrate teaching, research and extension (EPE in Portuguese), favoring the academic protagonism based on initiatives for producing and applying knowledge. CAR is presented as a methodological resource for developing public policies and tourist routes aimed at encouraging creative enterprises in the Brazilian semi-arid region, specifically on the Grão Mogol Route of the Irapé Lake

Circuit, northern Minas Gerais, Brazil. The actions carried out demonstrate CAR's potential as an intervention proposal that includes the effective action of social actors in the search for solutions to problems, generation of practical knowledge, empowerment of participants, flexibility, appreciation of subjective experience and promotion of change. However, the experience revealed important challenges to be managed, such as the difficulty of ensuring equal involvement of participants, conflicts of interest and management of time and resources. It can be inferred that CAR can enable critical, systemic and humanized training of the subject, revealing itself to be an effective dialogic mechanism, which articulates local knowledge and scientific knowledge to increase the effectiveness of interventions.

**Keywords:** University Extension, Methodology, Public Policies, Tourist Routes.

## **CÍRCULOS DE ACCIÓN Y REFLEXIÓN COMO ESTRATEGIA DE INTEGRACIÓN DE DOCENCIA, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN**

### **RESUMEN**

Este relato de experiencia busca presentar reflexiones sobre la utilización de los Círculos de Acción y Reflexión (CAR) como estrategia metodológica para desarrollar acciones que integren docencia, investigación y extensión (*EPE* en Portugués), privilegiando el protagonismo del académico a partir de iniciativas de producción y aplicación de conocimiento. Se presenta la utilización del CAR como un recurso metodológico para el desarrollo de políticas públicas y rutas turísticas destinadas a incentivar emprendimientos creativos en la región semiárida brasileña, específicamente en la Ruta Grão Mogol del Circuito del Lago de Irapé, norte de Minas Gerais, Brasil. Las acciones realizadas demuestran el potencial del CAR como propuesta de intervención que incluye la acción efectiva de los actores sociales en la búsqueda de soluciones a los problemas, generación de conocimiento práctico, empoderamiento de los participantes, flexibilidad, valorización de la experiencia subjetiva y promoción de cambios. Sin embargo, la experiencia reveló importantes desafíos que deben gestionarse, como la dificultad de asegurar la participación igualitaria de los participantes, los conflictos de intereses y la gestión del tiempo y los recursos. Se puede inferir que el uso del CAR puede posibilitar una formación crítica, sistémica y humanizada del sujeto, revelándose como un mecanismo dialógico eficaz, que articula saberes locales y conocimientos científicos para incrementar la efectividad de las intervenciones.

**Palabras clave:** Extensión Universitaria, Metodología, Políticas Públicas, Rutas Turísticas.

## 1 INTRODUÇÃO

A integração entre atividades de ensino, pesquisa e extensão (EPE) nos cursos de graduação e pós-graduação apresenta-se como uma abordagem essencial para a formação acadêmica. Sua capacidade de promover uma conexão entre o conhecimento teórico e as demandas da sociedade é identificada como um dos grandes méritos e expressão de compromisso social das universidades brasileiras (Ortega, 2016; Macedo & Bedrikow, 2020; Chesani et al. 2017).

A adoção de iniciativas de integração está em consonância com o que preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a Lei 9.394/1996, em seu artigo 43, que estabelece as finalidades do ensino superior contemplando a formação de saberes específicos, a inserção na pesquisa e a devolutiva dos saberes desenvolvidos para a comunidade por meio da extensão; e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que delibera diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira. Logo, tal indissociabilidade pode ser vista como “um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético” (Chesani et al., 2017, p. 453).

No contexto universitário, a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular de um curso e à organização da pesquisa. Compondo, no mínimo, dez por cento do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 compreende a extensão universitária como um processo integrado e transformador, de natureza interdisciplinar, educacional, cultural, científica e tecnológica, que articula permanentemente ensino e pesquisa na promoção da interação entre instituições de ensino superior e a sociedade.

Essa integração potencializa o aprendizado dos acadêmicos ao permitir que os conhecimentos adquiridos em sala de aula e em situações hipotéticas sejam aplicados em situações reais, vivenciando desafios concretos e desenvolvendo competências profissionais e cidadãs. Segundo Freire (2019), o ensino que dialoga com a realidade social dos estudantes e da comunidade proporciona uma

aprendizagem mais significativa, pois o conhecimento é construído coletivamente e em sintonia com as necessidades da sociedade. Nesse sentido, a extensão deixa de ser apenas uma atividade complementar e se torna parte fundamental da formação integral do aluno.

Em uma concepção assistencialista, preconizada pela lógica da prestação de serviços e de transmissão do conhecimento, as atividades de extensão são capazes de sanar lacunas deixadas pelo ensino e pela pesquisa a partir da promoção de ações como oferta de cursos, assessorias técnicas, treinamentos e consultorias. Na concepção mercantilista, que parte do pressuposto de que a universidade é detentora do conhecimento, a extensão pode ser vista como “moeda de troca”, que prioriza as necessidades e demandas do mercado. Já na concepção social/acadêmica, a extensão coloca o estudante como um ser em construção, protagonista do conhecimento construído e agente da sociedade em que está inserido, suas ações são contextualizadas a partir do quadro social emergente e com uma missão social clara (Macedo & Bedrikow, 2020).

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 estrutura a concepção e as práticas de extensão na educação superior, contemplando: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; à produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; a articulação entre EPE, ancorada em processo pedagógico que é único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. Essa normativa reforça a importância de integrar as práticas extensionistas ao currículo, promovendo um modelo de ensino que seja contextualizado, interdisciplinar e voltado para a solução de problemas sociais.

Pesquisas apontam que essa integração contribui para o desenvolvimento de competências como autonomia, pensamento crítico e responsabilidade social nos estudantes, partindo da promoção de educação problematizadora (Fadel, Bordin, Kuhn, & Martins, 2013; Frutuoso, Rizzo, Gonzalez, Santos, & Corrêa, 2023; Macedo & Bedrikow, 2019). Além disso, ao participarem de projetos de extensão, por exemplo, os alunos têm a oportunidade de experimentar e validar teorias

acadêmicas, o que enriquece a sua formação e aumenta o engajamento com o aprendizado. A experiência prática facilita a absorção de conteúdos teóricos, proporcionando uma educação mais completa e conectada com o mundo real (Farias, Rodrigues, & Cardoso, 2019; Gomes Rotta, Razuck, Aparecida Viveiro, & Salles Porto, 2021; Santana, Santana, Costa Neto, & Oliveira, 2021).

Por meio da diversificação de cenários e metodologias de aprendizagem, a integração EPE permite a criação de espaços criativos de aprendizagem, análise e reflexão da realidade social, reafirmando o compromisso da universidade com a formação profissional, política, social e humana dos sujeitos.

Nesse ínterim, os Círculos de Ação e Reflexão (CAR), inspirados no método *Cooperative Inquiry* (CI), desenvolvido por John Heron nos anos 1970, apresenta-se como uma metodologia de trabalho que favorece as ações de extensão a partir da participação ativa dos pesquisadores e dos participantes, que colaboram de maneira igualitária no processo de investigação. O objetivo dos CARs se volta para explorar e compreender as experiências e práticas dos envolvidos em contextos específicos, buscando gerar conhecimento a partir da experiência coletiva. A coerência da metodologia com os propósitos de integração entre EPE nos cursos de graduação pode ser vista como estratégia fundamental para a formação de profissionais críticos e socialmente responsáveis. Ao aproximar a universidade da comunidade, para além da qualificação dos estudantes, os CARs contribuem para a transformação social, consolidando a função social da educação superior.

Consoante os pressupostos da pedagogia da autonomia de Freire (2019), o CAR favorece o protagonismo do estudante na intervenção social e na construção do conhecimento a partir do encontro com a realidade social das comunidades. Tal fato pode ser explicado pela perspectiva ontológica e epistemológica que guia a metodologia do CAR. De acordo com De Paula, Dias, Couto, Martins, Magalhães-Timotio (2024), ontologicamente a visão de mundo subjacente do pesquisador é que irá moldar a maneira como ele lida com as informações. Epistemologicamente, essa metodologia diz respeito ao modo como o conhecimento é construído, valorizando a importância das posições subjetivas do pesquisador.

Como afirmam Frutuoso et al. (2023), ao tratar de outros modos de ensinar e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão, o registro escrito e a discussão coletiva do vivido ajudam a construir um processo de aprendizado baseado na sensibilidade e na relação com o outro: “sensibilidade para

ouvir; para estar presente; para ampliar a comunicação e as linguagens; e para olhar para si mesmo, tarefas complexas que não acontecem sem resistência e não são unanimidade entre os estudantes” (Frutuoso et al., 2023, p. 3). Diante disso, a partir de uma experiência concreta de desenvolvimento de rotas turísticas e de proposições para criação de políticas públicas voltadas para economia criativa no semiárido mineiro, este estudo busca responder: como os Círculos de Ação e Reflexão (CARs) podem ser operacionalizados de forma a promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica?

Para responder a essa questão, o presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência que tem como objetivo apresentar um percurso teórico-metodológico para operacionalização de CARs como estratégia para integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Vale comentar que o semiárido no Brasil envolve 12% do território nacional, composto por 23% dos municípios de 10 estados que abrigam aproximadamente 28 milhões de pessoas (Instituto Nacional do Semiárido [INSA], 2024), sendo considerado estratégico (devido a sua diversidade e peculiaridades) para o desenvolvimento regional, em que as Universidades inseridas nesse contexto são fundamentais para atração, geração e retenção de profissionais e empreendimentos. Logo, desenvolver esse estudo em cidades inseridas nesse território, além de ser uma iniciativa original, permite lançar luzes para a importância da extensão universitária enquanto indutor de prosperidade e integração de atividades de ensino e pesquisa, no contexto da Economia Criativa (Emmendoerfer et al., 2018).

Para fundamentar teoricamente o trabalho, partimos de uma discussão sobre as vantagens e desafios da integração EPE, seguida de um relato de experiência do uso dos CARs como recurso metodológico de pesquisa. A iniciativa foi aplicada na Rota Grão Mogol, um conjunto de municípios pertencentes ao Circuito turístico do Lago do Irapé, localizado na região norte de Minas Gerais, dentro da região do semiárido brasileiro. A rota abrange os municípios de Grão Mogol, Botumirim e Cristália, todos marcados por expressiva riqueza cultural, histórica e ambiental.

Este estudo se diferencia ao demonstrar a aplicação concreta da Resolução CNE/CES nº 7/2018, por meio da curricularização da extensão em uma disciplina de graduação. A experiência relatada ilustra como a integração EPE pode transcender a retórica normativa, materializando-se em práticas pedagógicas que articulam

ensino (conteúdos teóricos), pesquisa (mapeamento de vulnerabilidades) e extensão (construção colaborativa de políticas públicas). Essa abordagem, ainda incipiente na literatura, revela caminhos para superar a fragmentação curricular e institucionalizada no ensino superior (Chesani et al., 2017).

## **2 TRIPÉ DE SUSTENTAÇÃO UNIVERSITÁRIA: REFLETINDO A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (EPE)**

A integração EPE é essencial para o cumprimento da missão social das universidades. O ensino é responsável por transmitir conhecimentos e desenvolver competências; a pesquisa gera novos conhecimentos e inovações, ampliando as fronteiras do saber; e, a extensão conecta a universidade à sociedade, aplicando o conhecimento produzido para resolver problemas concretos. A articulação dessas três dimensões potencializa os benefícios de cada uma, criando um ciclo virtuoso de aprendizagem, inovação, transformação social e emancipação dos sujeitos (Dias, 2009; Gonçalves, 2015; Moita & Andrade, 2009; Silva & Mendonza, 2020).

No contexto da formação universitária, não se pode negar que a pesquisa enriquece o ensino ao permitir que os estudantes tenham contato com o conhecimento mais atualizado e com o processo de construção do saber científico. Participar de projetos de pesquisa desenvolve no estudante habilidades críticas, analíticas e investigativas, que são fundamentais para a sua formação profissional e cidadã (Silva & Mendonza, 2020). Da mesma forma, a dinâmica das ações de extensão favorece as atividades de ensino e, conseqüentemente, o aprendizado, por meio da vivência do cenário da realidade. Além disso, oportuniza para a comunidade um momento de participação ativa, discussão e reflexão em grupo para aquisição de conhecimentos (Minetto et al., 2016). Desta forma, a aproximação universidade-comunidade, com interlocução de saberes, estabelece contribuições para o aprofundamento da cidadania, fortalecimento da autonomia e a transformação social.

Como menciona Demo (2018), o ensino que incorpora a pesquisa torna-se mais dinâmico, pois deixa de ser apenas uma repetição de conteúdos preestabelecidos e passa a envolver os estudantes em um processo ativo de descoberta e reflexão.

Por sua vez, ao conectar ensino e pesquisa com as demandas sociais, por meio da extensão, é possível vislumbrar uma interação transformadora entre a universidade e a comunidade. A extensão universitária permite que os conhecimentos produzidos na academia sejam aplicados na prática, contribuindo para a solução de problemas reais e gerando impactos positivos na sociedade, como preconiza a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Além disso, a participação em atividades extensionistas possibilita aos estudantes vivenciar diferentes contextos sociais e culturais, desenvolvendo uma formação mais humana e comprometida com a cidadania.

Atentos à indissociabilidade desses elementos que fundamentam a formação superior podemos tomar como referência as discussões de Weil (2000), que critica o paradigma educacional tradicional centrado na transmissão de conhecimentos técnicos e científicos, com foco limitado no desenvolvimento intelectual e na preparação para o mercado de trabalho. A educação, no modelo convencional, prioriza a competição, a memorização de conteúdos e o sucesso material, em detrimento da formação de cidadãos conscientes, éticos e conectados com a realidade ao seu redor. A estrutura hierárquica, por muito tempo vigente, impede o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e colaborativas, essenciais para a vida em sociedade.

A articulação efetiva da tríade EPE apresenta-se como resposta para a criação de um novo paradigma da educação superior (Augusti & Dalcin, 2016). Embora a regulamentação e o caráter legal existente, verifica-se ainda uma lacuna no que tange às ações práticas que promovem a integração, dificultando o compromisso da educação superior com uma formação mais abrangente do sujeito a partir da interação dialógica com a sociedade (Costa, 2018; Moita & Andrade, 2009). Valorizar essa tríade ultrapassa a simples transmissão de conteúdos teóricos, favorecendo a aprendizagem por meio da criação de um ambiente mais dinâmico e conectado com a realidade. Calcada nos quadros sociais reais, essa prática integrativa prepara os estudantes para os desafios do mundo do trabalho, e contribui, concomitantemente, para o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades, possibilitando uma formação integral, crítica, ética e cidadã aos estudantes (Augusti & Dalcin, 2016; Silva & Mendoza, 2020). Thiollent (2002) afirma que objetivos sociais mobilizadores podem fortalecer e dar novas contribuições ao EPE.

Refletindo sobre as indissociabilidades do tripé fundante de universidade, Moita e Andrade (2009) e Costa (2018) apresentam que, considerada apenas a articulação entre ensino e extensão, a formação é debilitada por não valorizar a produção do conhecimento científico advindo da pesquisa. Por outro lado, quando associados apenas o ensino e a pesquisa, há o risco de se perder a compreensão ético-político-social conferida ao destinatário final do saber científico (a sociedade). Por fim, o desprezo do ensino, quando da articulação bipartite entre extensão e pesquisa, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Os autores não negam a importância das articulações duais, não obstante, defendem que a indissociabilidade “impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional” (Moita & Andrade, 2009, p. 269).

Associados a esse pensamento, Chesani et al. (2017, p. 453) afirmam que a “forte e tradicional relação entre o ensino e a pesquisa reforça o conhecimento científico empírico e tecnológico e desconsidera as reais necessidades sociais, éticas e políticas da sociedade”. Para Macedo e Bedrikow (2019, p. 124), é possível que a separação institucional entre ensino e extensão no organograma das universidades brasileiras acabe contribuindo para o distanciamento e até mesmo a rivalidade entre essas duas pernas do tripé universitário.

Na perspectiva de desenvolvimento de um conhecimento “pluriversitário”, como afirmam Moita e Andrade (2009), a integração entre pesquisa, extensão e ensino enriquece e amadurece o processo educacional. Ao alinhar seu ensino com a pesquisa e a extensão, o professor permanece atualizado e em sintonia com as mais recentes transformações do conhecimento científico sem perder a interação com a sociedade. Isso contribui para a formação de novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Nesse sentido, a pesquisa e a extensão universitária inevitavelmente convergem para o ensino.

### **3 BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO EPE NA UNIVERSIDADE**

Uma das principais vantagens da integração entre EPE para a formação acadêmica e social dos estudantes é o desenvolvimento de competências transversais, como o pensamento crítico, a capacidade de resolução de problemas,

a criatividade e a autonomia. Essas competências são amplamente valorizadas no mercado de trabalho, e são essenciais para a formação de profissionais capazes de atuar em contextos complexos e em constante mudança.

Além disso, a participação em projetos de pesquisa e extensão contribui para o fortalecimento da aprendizagem significativa, por meio de metodologias ativas e participativas, em que os alunos são protagonistas do seu processo de formação. Ao se envolverem em atividades práticas, os estudantes têm a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico em situações concretas, o que facilita a compreensão dos conteúdos acadêmicos e aumenta o engajamento com o aprendizado. Freire (2019) destaca que a aprendizagem que se conecta com a realidade dos alunos é mais significativa, pois leva em conta suas experiências e os desafios do contexto social.

Outra vantagem importante é a ampliação do impacto social da universidade, que, ao integrar ensino, pesquisa e extensão, assume um papel ativo na transformação das comunidades em que está inserida. Projetos de extensão, por exemplo, podem contribuir para a melhoria das condições de vida das populações vulneráveis, enquanto pesquisas aplicadas podem gerar inovações tecnológicas e soluções para problemas locais (Bonassina & Kuroshima, 2021). Assim, a universidade cumpre sua função social, promovendo o desenvolvimento humano e econômico e fortalecendo seu vínculo com a sociedade.

A integração EPE permite que as demandas sociais sejam compreendidas e enfrentadas por meio de ações dialógicas, colaborativas e éticas, conferindo à universidade uma função mais inclusiva e comprometida com a justiça social (Freire, 2019; Gonçalves, 2015). Ao transformar o papel do estudante em agente ativo da mudança, a integração EPE contribui para o fortalecimento da cidadania, a promoção da equidade social e a construção de saberes contextualizados. A curricularização da extensão, ao incorporar vivências práticas e interação direta com as comunidades, também combate a fragmentação do conhecimento e amplia a relevância social das formações universitárias (Chesani et al., 2017).

A formação ética e cidadã dos estudantes é também uma das grandes vantagens da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Ao participarem de projetos que envolvem comunidades, os alunos desenvolvem um senso de responsabilidade social e aprendem a valorizar o conhecimento como um bem público. Essa experiência contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, engajados e comprometidos com a justiça social e o bem comum. Como afirma

Freire (2019), entre outros requisitos, ensinar exige respeito aos diversos saberes, criticidade, apreensão da realidade, comprometimento e convicção de que a mudança é possível.

Apesar da visibilidade dos benefícios advindos da integração, é possível perceber que ainda são muitos os desafios para articular sincronicamente a tríade EPE em prol do desenvolvimento continuado da formação universitária (Costa, 2018; Gonçalves, 2015; Machado & Azevedo, 2015). Embora os benefícios, essa articulação enfrenta inúmeros desafios que dificultam sua implementação plena. Na prática ainda encontramos barreiras estruturais, curriculares, pedagógicas e institucionais que precisam ser superadas para que se consolide de maneira efetiva.

Um dos principais desafios é a fragmentação entre essas três dimensões. Historicamente, as universidades têm tratado ensino, pesquisa e extensão como atividades separadas, resultando em currículos desconectados da realidade prática e social dos estudantes (Costa, 2018). Essa separação compromete a formação integral dos acadêmicos, que acabam por vivenciar a teoria e a prática de forma dissociada. A integração EPE exige um esforço coordenado da gestão universitária, envolvendo todas as Pró-Reitorias e órgãos similares, departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e comunidade (Nogueira, 2000), que muitas vezes não estão preparados ou incentivados a trabalhar de forma colaborativa e interdisciplinar.

Há uma carência de políticas institucionais que promovam a valorização da extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa. De acordo com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação. No entanto, muitos cursos ainda enfrentam dificuldades para cumprir essa exigência, devido à falta de clareza sobre como inserir essas atividades de maneira eficaz nos currículos. A falta de um planejamento adequado para curricularizar a extensão resulta em projetos superficiais e desconectados das necessidades reais das comunidades.

Registra-se ainda a fragmentação dos currículos acadêmicos, que historicamente privilegiam a transmissão de conteúdos teóricos e desvalorizam as atividades de pesquisa e ações extensionistas. Tradicionalmente, os currículos dos cursos de graduação muitas vezes são concebidos de maneira estanque, com disciplinas que se concentram na formação teórica, sem espaço suficiente para a aplicação prática dos conhecimentos. Esse modelo acaba por restringir as

oportunidades de os alunos se envolverem em projetos de pesquisa e de extensão, limitando a integração dessas atividades ao processo formativo que ultrapasse os muros da universidade. Embora a Resolução CNE/CES nº 7/2018 determine que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação sejam dedicados à extensão, a implementação dessa diretriz enfrenta resistência dentro das universidades.

A prática acadêmica evidencia que muitos docentes ainda veem a extensão como uma atividade complementar e não essencial, o que dificulta sua integração ao ensino. A falta de políticas institucionais claras e o reconhecimento limitado da extensão como critério para progressão na carreira acadêmica desmotivam professores a se envolverem ativamente em projetos extensionistas. Para além de apenas constar o que é requisitado na Lei 13.005 de 2014, ou nas novas exigências da curricularização da extensão, por meio da Resolução CNE/CES nº 7/2018, as universidades precisam superar o desafio da curricularização, promovendo a qualificação docente e sensibilizando todos os envolvidos quanto à busca de uma promoção de educação problematizadora, seja para o discente, seja para a sociedade.

Somam-se ainda as exigências por produtividade acadêmica advindas da pesquisa, inovação e produção de patentes, que rege o cotidiano de trabalho docente e discente. Especialmente no âmbito da pós-graduação, essas exigências relegam para o segundo plano muitas tentativas de aproximação da universidade com a comunidade. Por vezes, ações de extensão não passam de sobretrabalho ou complemento às atividades de pesquisa e ensino. Ademais, “os esforços dispendidos para alterar esse cenário costumam esbarrar em problemas tanto no nível estrutural como no nível das microrrelações cotidianas” (Costa, 2018, p. 11).

No âmbito da graduação, muitos professores não possuem preparo adequado para atuar em projetos de extensão. A formação acadêmica geralmente é voltada para a pesquisa ou o ensino tradicional, sem incluir metodologias participativas e colaborativas que dialoguem com a prática extensionista. Tal fato dificulta a articulação entre teoria e prática (Frutuoso et al., 2023). Os docentes acabam por ignorar a extensão como um componente essencial da formação acadêmica. Como assinalam Costa (2018) e Macedo e Bedrikow (2020), essa lógica reduz o reconhecimento institucional da extensão e desestimula o envolvimento docente. Tal cenário é agravado ainda pela ausência de incentivos claros para ações integradas e pela fragilidade das políticas institucionais que assegurem

continuidade e financiamento dos projetos extensionistas (Nogueira, 2000; Moita & Andrade, 2009).

Além dos desafios operacionais citados, a integração EPE enfrenta barreiras socioculturais que merecem destaque. Em contextos periféricos, como o semiárido brasileiro, a extensão universitária frequentemente esbarra em desconfiança histórica das comunidades em relação à academia, fruto de uma relação assimétrica de poder (Freire, 2019). Ao adotar uma postura dialógica, a metodologia dos CARs busca romper com essa dinâmica, mas exige tempo e continuidade para consolidar vínculos. Outro aspecto crítico é a tensão entre as demandas imediatistas da comunidade, como geração de renda e os prazos acadêmicos, o que pode limitar a sustentabilidade das ações propostas (Thiollent, 2002). Essas contradições reforçam a necessidade de políticas institucionais que assegurem recursos e reconhecimento docente para projetos de longo prazo.

Superar esses obstáculos exige uma mudança de paradigma, em que a universidade se perceba como um espaço de formação integral e interconectada, que vá além das fronteiras disciplinares e acadêmicas tradicionais. Faz-se importante que as universidades invistam em estratégias para integrar EPE de forma mais eficaz. Isso inclui a revisão dos currículos, a capacitação docente, a criação de metodologias ativas, o desenvolvimento de políticas institucionais integrativas e a construção de uma cultura universitária que compreenda a indissociabilidade como uma estratégia essencial para a transformação social (Bonassina & Kuroshima, 2021; Chesani et al., 2017; Costa, 2018; Moita & Andrade, 2009; Weil, 2000).

Para que as vantagens da integração sejam aproveitadas, é patente que as universidades adotem estratégias que facilitem essa articulação. A revisão dos currículos dos cursos de graduação é uma das principais medidas que podem ser adotadas. Currículos flexíveis, que incluam a participação em projetos de pesquisa e extensão como parte da formação obrigatória dos acadêmicos, como preconiza a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e a Resolução nº 7/2018, do Ministério da Educação, promovem um ensino mais conectado com a prática e com as necessidades da sociedade.

Outra estratégia importante é a formação continuada de profissionais e docentes, capacitando-os para atuar de maneira integrada nas três dimensões, permitindo-os formular novas metodologias de desenvolvimento e modernização do ensino superior, “estimulando o espírito crítico, bem como a atuação profissional

pautada pela ética e pela cidadania” (Dias, 2009, p. 50). Professores bem preparados são essenciais para orientar projetos que envolvam EPE de forma coesa, significativa e indissociável.

Além disso, é necessário estabelecer parcerias institucionais que ampliem o alcance dos projetos extensionistas e permitam a aplicação prática dos resultados das pesquisas, promovendo uma interação contínua entre a universidade e a comunidade (Bonassina & Kuroshima, 2021; Costa, 2018). Da mesma forma, políticas institucionais que incentivem e reconheçam a integração entre EPE são fundamentais para consolidar essa prática nas universidades. A criação de núcleos de extensão, a oferta de bolsas de iniciação científica e a valorização das atividades extensionistas como critérios de progressão na carreira docente são algumas medidas que podem ser adotadas para fomentar essa articulação.

#### **4 CÍRCULOS DE AÇÃO E REFLEXÃO COMO MÉTODO DE INTEGRAÇÃO EPE**

Apresentada como uma articulação da pesquisa-ação, a proposta original do *Cooperative Inquiry* (CI) é uma metodologia de pesquisa qualitativa que foi desenvolvida por Heron (1971), e, posteriormente, aperfeiçoada como metodologia para uma ciência de pessoas (Heron & Reason, 2006).

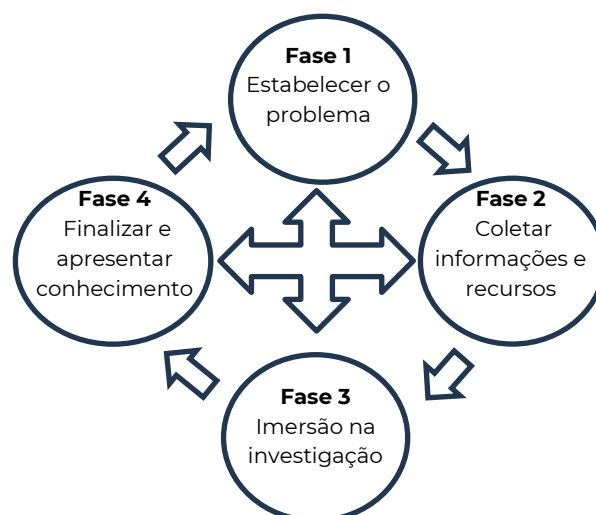
Rompendo as fronteiras entre sujeito e objeto de investigação, essa abordagem é caracterizada pela participação ativa dos pesquisadores e dos participantes, que colaboram de maneira igualitária no processo de investigação (Bronzo, Teodósio, & Rocha, 2012). Como afirmam Pascoe et al. (2023), o CI oferece um espaço para a aprendizagem transformacional, a inclusão, a partilha de poder e a promoção das vozes diversas por meio do registro e da disseminação de dados qualitativos, empreendendo esforços para desenvolver ações éticas em pesquisas inclusivas e promover a igualdade, a dignidade humana e o valor das pessoas.

O CI parte do envolvimento tanto dos “co-pesquisadores”, cujo pensamento e tomada de decisão contribuem para gerar ideias, projetar e gerenciar o projeto e tirar conclusões da experiência; como dos “cosujeitos”, participantes ativos da atividade que está sendo pesquisada. “Os argumentos que apoiam essa abordagem — a visão de mundo participativa, a pessoa humana como agente, a subjetividade crítica, as dimensões política, epistemológica, ecológica e espiritual

da participação — são explorados extensivamente em outros lugares (Heron & Reason, 2006, p. 144).

Por meio de Círculos de Ação e Reflexão (CAR), o CI se dedica a explorar e compreender as experiências e práticas dos envolvidos em contextos específicos, buscando gerar conhecimento a partir da experiência coletiva. Conforme Heron e Reason (2006), a ação e reflexão se desenvolvem em um ciclo de quatro fases de reflexão e ação, ilustrado na Figura 1, com base em uma epistemologia “estendida”, onde: o conhecimento experiencial se dá a partir do encontro face a face com uma pessoa, lugar ou coisa; o conhecimento se dá por meio da empatia e ressonância, um conhecimento profundo que é quase impossível de colocar em palavras; o conhecimento apresentacional cresce a partir do conhecimento experiencial; o conhecimento proposicional baseia-se em conceitos e ideias; e o conhecimento prático consoma as outras formas de conhecimento em ação no mundo. De acordo com Pascoe et al. (2023), as quatro fases (Fs) dos Círculos de Ação e Reflexão podem ser repetidas iterativamente. No percurso das ações, a Fase 1 (F1) inclui a formação de um grupo de pesquisa onde todos os membros são iguais copesquisadores, coparticipantes e coautores. O grupo gasta tempo se conhecendo e concordando com as funções e diretrizes a serem seguidas. Nesta fase, ideias-chave e uma área de foco começam a emergir por meio de discussões inclusivas e democráticas.

Figura 1: Representação gráfica co-concebida das quatro fases do Cooperative Inquiry



Fonte: Pascoe et al. (2023).

Na F2, os coparticipantes discutirão e refletirão sobre o foco da pesquisa, o que pode incluir a formulação de um problema de pesquisa, momento em que os participantes também começarão a reunir recursos e literatura que irão fomentar

as discussões. À medida que a investigação se desenrola, na F3, vai havendo a imersão dos participantes na pesquisa, adicionando dimensão e riqueza aos dados. A partir de uma reflexão profunda e contínua, novos temas podem surgir e ações podem ser tomadas em relação à pesquisa. Tal fato pode incluir apresentar pesquisa preliminar para uma comunidade mais ampla e recolher *feedback*. Por fim, na F4, a reflexão sobre o foco da pesquisa contínua, mudanças podem ser feitas dependendo dos temas e ideias que emergem.

Tanto Heron e Reason (2006), quanto Short e Healy (2017), sustentam que o ciclo adicional de fases pode firmar um acordo onde os participantes se tornam coautores da pesquisa, suas descobertas podem ser apresentadas por meio de uma publicação científica em formato de um artigo de periódico, uma apresentação em conferência ou outros modos de divulgação de resultados. O Quadro 1 apresenta uma síntese das fases de desenvolvimento de um Círculo de Ação e Reflexão.

Ressalta-se que o CAR compreende uma metodologia de pesquisa que, integrando ensino e extensão, valoriza a experiência subjetiva e a reflexão pessoal dos participantes como fonte de conhecimento. Sua realização privilegia uma ação emancipatória dos participantes, dando-lhes voz e agência no processo de pesquisa. Por sua natureza colaborativa e reflexiva, os CARs promovem uma abordagem democrática e inclusiva, facilitam a geração de conhecimento prático, valorizam a experiência subjetiva e promovem mudanças a partir da implementação de melhorias advindas das reflexões realizadas com o próprio grupo atingido pelo problema levantado.

Quadro 1: Síntese das quatro fases de desenvolvimento de um Círculo de Ação e Reflexão

F1. Planejamento	F2. Ação	F3. Observação	F4. Reflexão
O grupo define o problema ou questão de pesquisa e planeja as ações a serem realizadas.	Os participantes executam as ações planejadas no contexto real, experimentando e aplicando intervenções.	O grupo observa e coleta dados sobre as ações realizadas, refletindo sobre os resultados obtidos.	O grupo discute os resultados, compartilha aprendizados e ajusta o plano de ação para o próximo ciclo.

Fonte: Adaptado de Heron e Reason (2016), Pascoe et al. (2023), Short e Healy (2017).

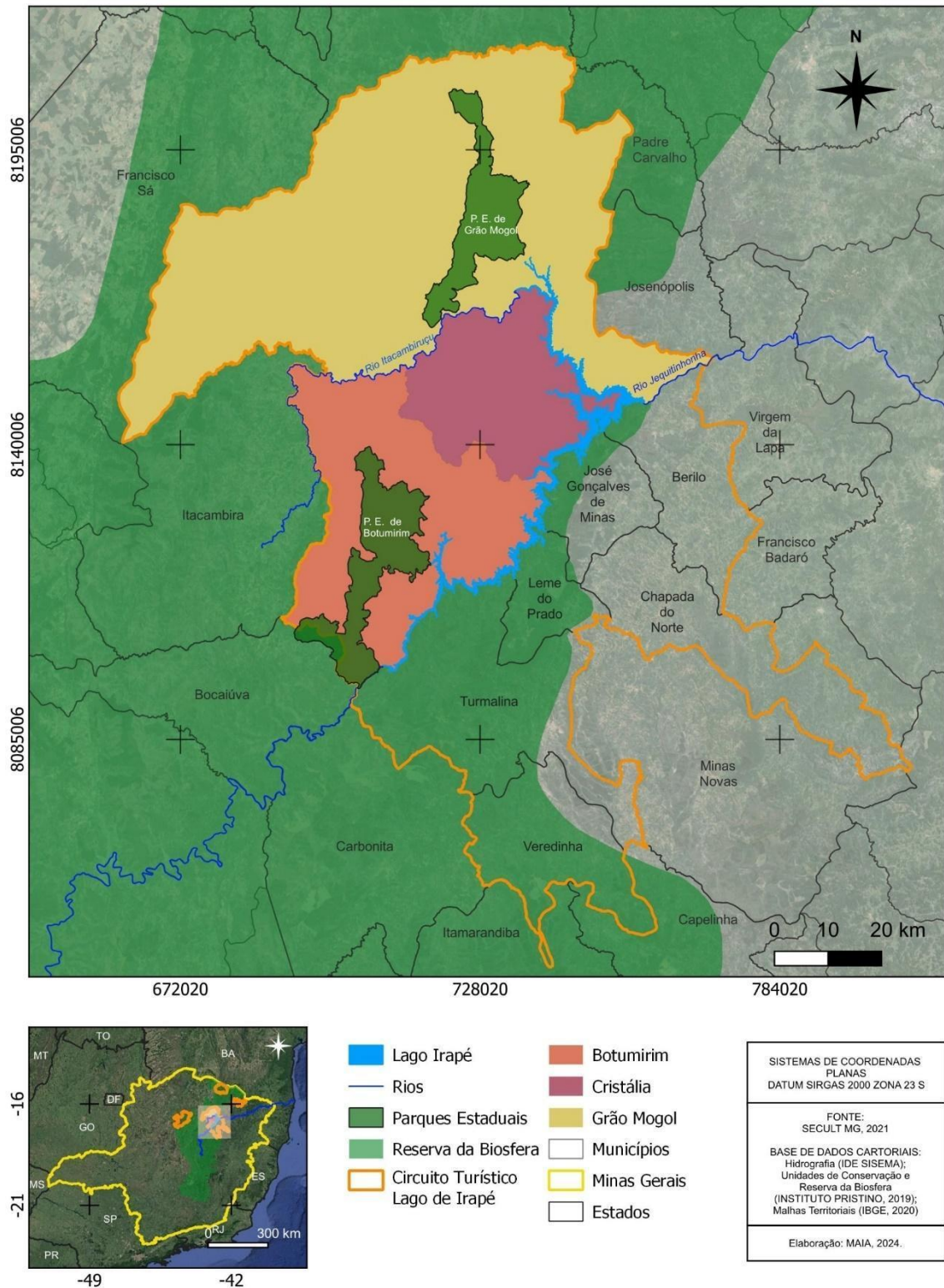
Destarte, não se pode negar que a aplicação do método enfrenta desafios relacionados à complexidade da criação de um envolvimento igualitário de todos os participantes; gerenciamento do tempo e de recursos para desenvolvimento de ciclos de planejamento, ação, observação e reflexão. Juntam-se a isso os desafios

relacionados à confiabilidade, visto que a natureza subjetiva predominante no processo leva a preocupações com relação à validade dos dados coletados, podendo gerar resultados inconsistentes. Há de se considerar ainda os conflitos de interesse e os dilemas éticos, especialmente quando há divergências sobre interpretações, decisões ou o direcionamento da pesquisa, pois a participação intensa dos envolvidos pode gerar dilemas como a influência das dinâmicas de poder dentro do grupo e a gestão de expectativas em relação aos resultados da pesquisa.

## **5 RELATO DE EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE ROTAS TURÍSTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPREENDIMENTOS CRIATIVOS NA ROTA GRÃO MOGOL DO CIRCUITO DO LAGO DO IRAPÉ (MINAS GERAIS/BRASIL)**

O projeto base desse relato trata de economia criativa, vulnerabilidade de negócios, governança de políticas públicas e turismo, tendo como foco a análise da vulnerabilidade dos negócios criativos nos municípios de Grão Mogol e Botumirim, localizados no circuito turístico Lago do Irapé, no norte de Minas Gerais, conforme representado na Figura 2. Iniciado em 2022, o projeto teve, em suas primeiras ações, a definição do problema a ser investigado, bem como os objetivos e o planejamento das atividades a serem realizadas.

Figura 2: Mapa da Localização do Municípios de Botumirim e Grão Mogol



Fonte: IDE Sisema. (2024). Infraestrutura de dados espaciais.

O primeiro contato acadêmico com a área em estudo se deu a partir de ações de ensino, vinculadas a uma disciplina do curso de graduação em

Administração, ofertada por uma universidade regional. Na disciplina, os acadêmicos se envolveram em identificar o potencial criativo do município de Grão Mogol como impulsionador de desenvolvimento local sustentável. Atentos às perspectivas que encerram o conceito de economia criativa, o trabalho questionava quais seriam as atratividades existentes no município que poderiam contribuir para sua identificação como um distrito criativo. Nessa oportunidade, foram realizadas pesquisas bibliográficas, visitas técnicas e entrevistas com profissionais locais dos setores de turismo, gastronomia, hospedagem, artes, artesanato e eventos.

Após as atividades que envolviam o ensino e o conhecimento mais generalista do campo de pesquisa, o estudo avançou para o aprofundamento teórico acerca da literatura sobre economia criativa e turismo. Nesse momento os esforços se voltaram para pesquisas bibliográficas, leituras, discussões e debates. Os encontros, presenciais e remotos, proporcionaram aos estudantes de graduação e pós-graduação, aos bolsistas de iniciação científica e de desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação, bem como aos professores e pesquisadores um aprofundamento nos conceitos fundamentais à pesquisa, um melhor entendimento das lacunas da literatura e do posicionamento ontológico, epistemológico e metodológico dos principais autores das áreas de conhecimento citadas.

Para o aprofundamento do conhecimento sobre o CAR, foi realizada uma capacitação para alguns dos pesquisadores envolvidos no projeto. Assim, quatro pesquisadores participaram de um Ciclo de Formação intitulado “Pesquisa Engajada: estratégias metodológicas para o protagonismo dos atores locais”, ministrado por profissionais com larga experiência em pesquisa. A opção por esta metodologia participativa visou promover uma interação significativa entre alunos, professores, pesquisadores e a comunidade local, de modo que pesquisa e extensão se conectassem à realidade local. Sua utilização possibilitou o envolvimento da comunidade na análise dos dados e na formulação de soluções para os problemas identificados. Como orientado por Pascoe et al. (2023), com base no conhecimento adquirido e nas discussões realizadas, foi possível estabelecer o planejamento das ações a serem desenvolvidas na fase empírica da pesquisa.

Na etapa de planejamento ocorreu a definição pela realização de um mapeamento dos empreendimentos da economia criativa, seguindo a vocação de cada cidade da região estudada. Também foi definido que seriam mapeados os empreendimentos das atividades relacionadas ao turismo como hotéis, pousadas,

receptivos, guias turísticos, restaurantes, entre outros; e, por fim, optou-se também por mapear os atrativos naturais da região, por estes apresentarem potencial de enriquecer tanto as propostas de políticas públicas quanto os roteiros turísticos. Nesta etapa também foi construído o roteiro de entrevistas com o objetivo de identificar as vulnerabilidades dos negócios da economia criativa, as estratégias adotadas pelos empreendedores e a relação dos empreendimentos com as atividades de turismo.

Na sequência, foi iniciada a etapa de ação com a realização das atividades de coleta de dados e integração com a comunidade na qual as atividades empíricas seriam desenvolvidas. Primeiramente, foi realizada uma reunião com representantes do poder público, na figura dos secretários de turismo, na qual foi apresentada institucionalmente a equipe do projeto, os objetivos da pesquisa e o público-alvo a quem a pesquisa se destinava. Na ocasião, foi solicitada junto aos secretários uma lista dos empreendimentos de interesse da pesquisa com os endereços e contatos telefônicos. Essa lista foi o ponto de partida para a coleta de dados que também utilizou a técnica de bola de neve para conhecer, acessar e convidar novos participantes para a pesquisa.

Assim, o mapeamento das atividades criativas, incluindo artesanato, gastronomia e atividades culturais, além dos empreendimentos turísticos e atrativos naturais, foi iniciado. Neste mapeamento, foram coletadas as informações geográficas por meio do *Global Position System* (GPS), além das informações gerais do empreendimento (produtos ou serviços, contato telefônico).

Num segundo momento, foram realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa buscando investigar as vulnerabilidades dos negócios, os desafios e as estratégias empregadas pelos empreendedores locais para manutenção de suas atividades e comercialização dos seus produtos ou serviços.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa participativa, alinhada aos princípios do Cooperative Inquiry (Heron & Reason, 2006). As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2011), com codificação realizada em três etapas: (1) pré-análise (leitura flutuante e seleção de unidades de significado); (2) exploração do material (agrupamento em categorias temáticas como 'vulnerabilidades dos negócios' e 'estratégias locais'); e (3) interpretação crítica, validada em sessões de devolutiva com os participantes dos CARs. Essa triangulação entre dados empíricos, literatura e validação comunitária buscou garantir rigor e fidedignidade aos resultados.

Após a análise de dados, deu-se início a etapa da observação, dentro da metodologia dos Círculos de Ação e Reflexão (Heron & Reason, 2016). Para obter êxito nesta etapa, os resultados da análise de conteúdo das entrevistas foram compilados para serem apresentados aos participantes do CAR. Isso subsidiou informações que auxiliaram as discussões e reflexões necessárias para a construção das políticas públicas de apoio aos empreendimentos criativos, como enfatizado no estudo de Emmendoerfer et al. (2018).

Paralelamente, foram plotados mapas contendo os atores da economia criativa, os empreendimentos de apoio ao turismo, os atrativos naturais e o patrimônio arquitetônico de cada uma das cidades. Esses mapas foram usados como ponto de partida na realização do CAR, cujo objetivo era a construção de roteiros turísticos que associassem os recursos naturais da cidade com os empreendimentos criativos. Assim, foi realizada uma apresentação geral para a devolutiva dos resultados e o início das discussões e reflexões para construção de políticas públicas e construção de rotas turísticas.

Na sequência, seguindo as orientações teóricas de Heron e Reason (2016), Pascoe et al. (2023) e Short e Healy (2017), configuram os Ciclos de Ação e Reflexão, as atividades iniciaram internamente com a organização e planejamento do grupo, na definição de atividades e na distribuição de tarefas para alcançar os objetivos propostos. Neste sentido, antes da realização do CAR nas referidas cidades, os acadêmicos e professores realizaram treinamento para compreensão da metodologia, apresentação dos resultados da coleta de dados e sobre postura em campo para escuta, acolhimento e relatos das experiências, que posteriormente seriam vivenciadas fora do ambiente universitário.

Em relação à divisão interna para execução em campo, contamos com uma equipe interdisciplinar de 10 pesquisadores: estudantes de graduação, de pós-graduação, graduados bolsistas e professores que foram divididos em duas equipes para atuação em campo. Uma das equipes seria responsável pela condução do CAR para reflexões e proposições de políticas públicas para o turismo, e outra para reflexões e construção de rotas turísticas.

Definidas as tarefas internamente, as equipes articularam com os interlocutores locais a viabilidade de local, datas e horário para realização dos CARs. Definidos tais passos, partiu-se para a etapa de mobilização da comunidade para a participação nas atividades do CAR. Além do convite enviado individualmente, foi criado um grupo de conversas em um aplicativo de mensagens instantâneas para

cada cidade em que o convite era divulgado, seguido de enquetes de participação e melhores horários por adesão, sendo possível dessa forma dimensionar e acompanhar a adesão da comunidade local.

Uma vez nos locais da execução dos CARs, as ações ocorreram da seguinte forma: foram dois dias de atividades, alternadas entre os municípios por cada equipe. Isso foi possível graças a proximidade de um município ao outro. As equipes chegaram antes da realização das atividades nas cidades. Para reforçar a participação da comunidade, os pesquisadores que na etapa anterior haviam feito o mapeamento e realizado entrevistas, fizeram visitas pontuais a alguns cidadãos participantes da pesquisa. Nessa oportunidade ficou evidenciada a importância e significado da comunidade para a elaboração de uma proposta mais condizente com a realidade do município. Essa etapa se fez importante porque nem todos haviam acessado o convite *on-line*.

No dia das atividades, a equipe, com ajuda dos interlocutores locais (secretarias municipais, câmara municipal, casa da cultura), organizou os espaços, montando a estrutura, apresentação, formação dos círculos, recepção dos participantes, apresentação do grupo e apresentação dos participantes.

Antes do início das atividades, na recepção dos participantes, alunos e professores aproveitaram para conversar com as pessoas, tirar dúvidas e colher algumas novas demandas. Com o local da atividade organizado, recepção dos participantes e apresentação do grupo, a metodologia foi aplicada nas etapas destacadas no Quadro 2.

Quadro 2: Descrição das etapas na realização dos CARs

Etapas	Descrição
Devolutiva dos Resultados	Nesta etapa, a equipe das políticas públicas fez a projeção das principais vulnerabilidades e estratégias de superação dos empreendimentos identificados a partir da análise dos dados coletados anteriormente. A equipe de rotas turísticas apresentou o mapeamento dos empreendimentos da economia criativa e dos pontos turísticos de cada município.
Discussão dos resultados e proposições	Nesta etapa, os participantes discutiam os resultados com a equipe, colocando suas opiniões questionamentos e dúvidas. Na discussão das políticas públicas, para cada dificuldade enfrentada a partir da experiência local, eles eram provocados a propor meios de melhoria para enfrentamento. Na formulação de rotas turísticas, os participantes apresentaram suas opiniões sobre os pontos turísticos, incluindo aspectos positivos, negativos e sugestões de trajetos.
Sistematização e reflexão dos resultados	Nesta etapa, a equipe de relatoria sistematizou todas as discussões, os principais pontos apresentados pelos

	participantes, demandas e questionamentos, logo após os resultados foram compartilhados com o grupo que teve a oportunidade de fazer acréscimos, modificações e novas sugestões.
--	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A organização da equipe de pesquisa, a divisão de tarefas, os treinamentos enfatizaram a colaboração e o envolvimento ativo de acadêmicos, professores e comunidade local em cada etapa do processo, promovendo um ambiente de aprendizagem e interação mútua.

Esse envolvimento contribuiu, por um lado, com proposições engajadas de políticas públicas e rotas turísticas, garantindo a efetividade das iniciativas, criando um impacto positivo visível na comunidade, e potencializando a mitigação de externalidades negativas relacionadas as ações empreendedoras nos municípios estudados (Morais et al., 2022) por meio das interações de atividades EPE da Universidade. Por outro lado, proporcionou um aprendizado prático e engajado da equipe de pesquisadores, permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula em prol de demandas e problemas localizados na comunidade. Em conformidade com as discussões de Gonçalves (2015, p. 1250), os acadêmicos tiveram a oportunidade de “vivenciar, na prática, conceitos e conhecimentos aprendidos e ensinados teoricamente na sala de aula e que puderam ser melhor apreendidos e problematizados por meio de atividades e experiências mais interdisciplinares e dialógicas.”

A Figura 3 ilustra a integração do conhecimento prático da comunidade com o conhecimento científico ofertado na universidade. Como mencionado por Freire (2019) e reforçado por Ortega (2016), a ação desenvolvida nos CARs dialoga com a realidade e a aprendizagem teórica ofertada aos acadêmicos com as demandas da comunidade, propiciando uma aprendizagem onde o conhecimento é construído de forma coletiva. A partir dos mapas elaborados pela equipe de pesquisadores, os participantes das comunidades tiveram a oportunidade de visualizar alternativas e desenvolver rotas turísticas que pudessem unir os atrativos naturais e o patrimônio edificado da cidade com os empreendimentos e espaços criativos locais.

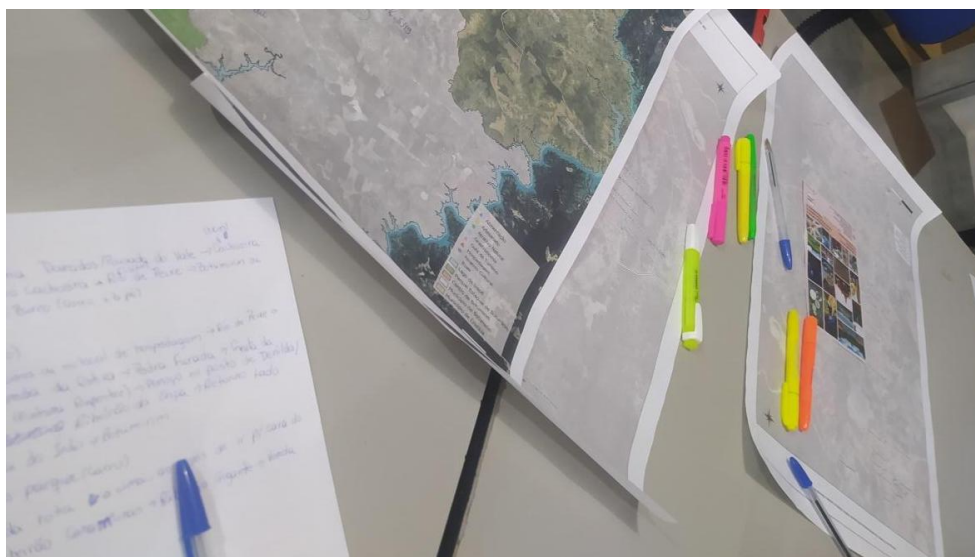
A escolha dos Círculos de Ação e Reflexão como metodologia refletiu a intenção da equipe de integrar pesquisa e extensão de maneira clara e acessível. A abordagem propiciou um ciclo contínuo de interação, envolvimento, análise,

reflexão e propostas de ação, possibilitando que o conhecimento gerado pelo projeto fosse dialogado no ambiente em que foi desenvolvida a pesquisa. Assim, o projeto buscou não apenas contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também promover o fortalecimento das atividades econômicas criativas, evidenciadas, como a elaboração de políticas públicas direcionadas às necessidades específicas dos empreendedores criativos da região, como enfatizado nos estudos de Emmendoerfer (2019).

A metodologia dos CARs, fundamentada nos princípios do *Cooperative Inquiry*, a partir da identificação prévia das vulnerabilidades, buscou soluções que fossem realizadas de forma participativa e colaborativa, envolvendo os atores locais em todas as etapas da pesquisa.

As quatro fases da metodologia – planejamento, ação, observação e reflexão – foram aplicadas de forma iterativa, o que possibilitou um aprofundamento gradual do conhecimento sobre a realidade local e o desenvolvimento de soluções mais eficazes e adequadas ao contexto. A ênfase na construção conjunta do conhecimento, característica marcante do *Cooperative Inquiry*, contribuiu para a superação da fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão, um dos desafios da universidade (Costa, 2018; Gonçalves, 2015; Ortega, 2016).

Figura 3: Criação de Rotas Turísticas pela comunidade durante os CARs



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A aplicação prática da metodologia dos CARs permitiu conectar o conhecimento acadêmico com as demandas da comunidade, promovendo

transformação social a partir do diálogo e da ação conjunta (Bronzo, Teodósio & Rocha, 2012). Os resultados da pesquisa, materializados em propostas de políticas públicas e rotas turísticas, demonstram a capacidade dos CARs de gerar impacto positivo na comunidade, em consonância com o objetivo do projeto de fortalecer as atividades econômicas criativas. A experiência relatada evidencia que a integração entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da metodologia dos CARs, contribui para a formação de profissionais mais engajados com a intervenção social e para o desenvolvimento local sustentável.

A experiência de aplicação desta metodologia evidenciou alguns desafios em sua prática, dentre os quais podem ser destacados a dificuldade de reunir um número maior de participantes, em relação a fases anteriores do estudo, especialmente em contextos onde os participantes têm rotinas instáveis ou pela existência de outras atividades do cotidiano, o que acaba por prejudicar a construção coletiva do conhecimento e o acompanhamento das ações propostas. Outro desafio diz respeito à garantia e estímulo da participação dos agentes locais, o que exige muita habilidade por parte dos condutores da atividade para estimular o diálogo, garantir a escuta ativa e promover a reflexão crítica.

A discussão sobre os benefícios e desafios da integração EPE, fundamentou a escolha metodológica dos CARs, evidenciando seu potencial para promover a interação entre a universidade e a comunidade. Ao conectar o conhecimento acadêmico com as demandas da região do Circuito do Lago do Irapé, a pesquisa buscou superar a fragmentação entre as dimensões do tripé universitário, comumente apontada como um obstáculo para a efetividade da extensão universitária (Bonassina & Kuroshima, 2021; Costa, 2018; Gonçalves, 2016).

A aplicação prática dos CARs, descrita na seção 4, demonstra como a integração EPE, norteadas pelos princípios do *Cooperative Inquiry*, pode contribuir para a formação de profissionais condizentes com as reflexões de Santana et al. (2021, p. 11): “Com qualidade e ética, discernimento crítico-reflexivo e corresponsabilização social. Uma formação baseada na intervenção social voltada para o desenvolvimento local sustentável, que dota os estudantes de valores que orientarão tanto a sua vida pessoal quanto profissional”.

A partir de uma disciplina do curso de graduação em Administração, a pesquisa evidencia a importância da inserção da extensão universitária na matriz curricular dos cursos, conforme preconizado pela legislação brasileira. A participação de estudantes de graduação e pós-graduação, bolsistas de iniciação

científica e professores pesquisadores demonstra a possibilidade de construir um ambiente de aprendizagem colaborativo e interdisciplinar, em que a pesquisa e a extensão se complementam.

Os resultados da pesquisa, materializados em propostas de políticas públicas e rotas turísticas, reforçam a importância da extensão universitária como mecanismo de transformação social, conectando a universidade com a comunidade e contribuindo para a resolução de problemas reais.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo demonstrou que a aplicação do CAR se apresenta como uma estratégia eficaz para minimizar os desafios enfrentados pela universidade na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir da iniciativa do uso do CAR como recurso metodológico para o desenvolvimento de políticas públicas e rotas turísticas, foi possível identificar que a metodologia participativa permitiu a colaboração mútua entre copesquisadores e coparticipantes, em um processo educativo dinâmico que resultou em uma pesquisa mais rica e contextualizada com a realidade da comunidade.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão foi essencial para o sucesso do projeto, permitindo que alunos, professores e a comunidade local contribuíssem ativamente para o processo de pesquisa e para a formulação de soluções. A capacitação dos pesquisadores e a participação da comunidade na análise dos dados e na construção de políticas públicas e roteiros turísticos foram fundamentais para garantir a relevância e a efetividade das ações propostas.

O estudo evidenciou que o CAR envolve uma metodologia de pesquisa ativa, participativa e colaborativa que favorece a integração entre ensino, pesquisa e extensão (EPE), promovendo o protagonismo dos acadêmicos e a formação de competências profissionais e cidadãos. Ao aproximar pesquisador do sujeito e/ou objeto da sua investigação, a abordagem adotada pelo CAR promoveu uma aprendizagem transformacional, em que pesquisadores se transformam a partir das experiências reais vivenciadas e a comunidade se transforma a partir do despertar do seu potencial criativo, inovador e emancipatório.

A aplicação dos CARs no desenvolvimento de políticas públicas e rotas turísticas na Rota Grão Mogol do Circuito do Lago do Irapé, norte de Minas Gerais,

demonstrou o potencial desta abordagem para gerar conhecimento prático, empoderar os participantes, e promover mudanças fundamentadas nos saberes locais.

Enveredar-se por uma metodologia dessa natureza permitiu identificar o potencial dos CARs para a integração do EPE, contribuindo para uma formação mais crítica, comprometida, ética e cidadã dos acadêmicos. Alinhadas com propostas de mudança social emancipatória e dando voz e agência aos participantes, as ações desenvolvidas permitiram a formulação de soluções baseadas nas vivências locais, articulando o conhecimento empírico dos moradores com saberes teóricos científicos dos universitários e pesquisadores, o que contribui para aumentar a eficácia das intervenções propostas.

A singularidade de cada uma das fases relatadas, sem perder de vista as características locais da região, marcada por fortes laços comunitários e enfrentamento de problemas específicos como escassez hídrica, desigualdade social e dificuldades econômicas, legitima e permite o uso dos CARs em diferentes contextos do semiárido brasileiro.

Cabe mencionar, entretanto, que a pesquisa também enfrentou desafios, como a complexidade de criar um envolvimento igualitário, o gerenciamento de tempo e recursos, a confiabilidade dos dados coletados, conflitos de interesses e dilemas éticos. Esses desafios foram superados pela dedicação da equipe de pesquisa, em colaboração com a comunidade, permitindo a condução do processo baseado em uma abordagem ética, transparente e colaborativa.

Apesar dos desafios, a pesquisa mostrou que a integração EPE é essencial para a formação de profissionais críticos e socialmente responsáveis, atualizados com as transformações do conhecimento científico e interajam com a sociedade. Ao aproximar a universidade da comunidade, os CARs permitiram que os acadêmicos aplicassem seus conhecimentos em prol de demandas e problemas localizados, contribuindo para a transformação social e consolidando a função social da educação superior.

A formação continuada de docentes, a criação de parcerias institucionais e políticas que incentivem e reconheçam a integração EPE são fundamentais para consolidar essa prática nas universidades. A adoção de metodologias engajadas, como os CARs, e a revisão dos currículos para incluir a experiência prática são estratégias que podem fomentar essa articulação.

Destarte, novas iniciativas podem vislumbrar ações universitárias que integrem o tripé EPE e façam uso da metodologia CAR em projetos voltados para a potencialização e difusão de práticas inovadoras e criativas desenvolvidas por diferentes comunidades, envolvendo relações como o uso racional da água, a agricultura sustentável, a saúde e bem-estar, o manejo sustentável da vida aquática.

Por fim, infere-se que o uso dos CARs como estratégia metodológica para a integração EPE é uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de ações de extensão que promovam o protagonismo do acadêmico e a formação de profissionais engajados e compromissados com a vida em sociedade. O presente relato serve como uma ilustração, com base nas experiências vivenciadas por grupo de pesquisadores e uma comunidade, de como a universidade pode se conectar com a sociedade e promover a transformação social por meio da pesquisa engajada e da extensão universitária, especialmente, em territórios periféricos (e ainda não reconhecidos ou a ser redescoberto com mais conhecimento pelos seus residentes) como o Semiárido brasileiro, e nesse estudo, aquela parte territorial do Norte de Minas Gerais.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro (CNPq).

**Artigo submetido em 22 de outubro de 2024, aprovado em 23 de abril de 2025.**

**Editores de seção organizadores do Dossiê:** Armindo Teodósio dos Santos de Souza, Fabio Bittencourt Meira, Nayara Silva de Noronha

**Editora responsável pela decisão editorial final:** Nayara Silva de Noronha

**Editora da Revista e responsável pela diagramação:** Christine da Silva Schröder

**Editora de texto:** Isadora de Faveri Froemming

Os autores assinaram declaração concordando expressamente com a publicação deste artigo como preprint, atendendo ao especificado em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/about/submissions>.

### **Declaração de contribuição dos autores**

Cledinaldo Aparecido Dias: Concepção; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita – Revisão e edição.

Patrícia Morais Lima: Concepção; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita; Escrita – Revisão e edição.

Pablo Peron de Paula: Concepção; Curadoria de dados; Análise formal; Aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita – Revisão e edição.

Magnus Luiz Emmendoerfer: Curadoria de dados; Análise formal; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita – Revisão e edição.

### **Declaração de conflito de interesse**

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

### **Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa**

Após a publicação, os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores (condição justificada no manuscrito). O trabalho não considera organizações, instituições e/ou marcas específicas e/ou faz pesquisa com respondentes totalmente anônimos e/ou com dados secundários. O artigo é fruto do projeto de pesquisa financiado pela Fapemig, intitulado "ECONOMIA CRIATIVA, VULNERABILIDADE DE NEGÓCIOS E GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO: UMA PESQUISA-AÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS", que foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição responsável pela pesquisa, sob o Número do Parecer: 5.736.363.

### **Declaração de uso de Inteligência Artificial (IA)**

Foi utilizada a ferramenta do ChatGpt para revisão ortográfica, adequação às normas APA, procura de referências bibliográficas e formatação de imagens.

## **REFERÊNCIAS**

Augusti, R. B., & Dalcin, L. (2016). O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. *Revista ELO – Diálogos Em Extensão*, 5(3). <https://doi.org/10.21284/elo.v5i3.226>.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. rev. e atual.). Edições 70.

Bonassina, A. L. B., & Kuroshima, K. N. (2021). Impactos do ensino, pesquisa e extensão universitária: instrumento de transformação socioambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 16(1), 163-180. <https://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.10932>

Brasil. (2014). Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 12 de maio de 2025.

Brasil (2018). Resolução CNE/CES n.º 07/2018, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: Resoluções CNE/CES 2018 — Ministério da Educação. Acesso em: 12 de maio de 2025.

Brasil (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Aceso em 12 de maio de 2025.

Bronzo, C., Teodósio, A. D. S. S., & Rocha, M. C. G. (2012). Tri-sector partnerships in social entrepreneurship: Discourse and practice of the actors from the circles of action and reflection. *Revista de Administração*, 47(3), 446-460. <https://doi.org/10.1590/S0080-21072012000300009>

Chesani, F. H., Wachholz, L. B., Oliveira, M. A. M., Silva, C., Luz, M. E., Fabris, F. A., & Engel, B. (2017). A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa: o tripé da universidade. *Revista Conexão UEPG*, 13(3), 452-461. <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.13.i3.0008>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2024). Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Costa, J. F. A. (2018). Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: Um desafio que permanece. *Revista de Ciência e Extensão*, 14(2), 9-19. [https://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1970/1966](https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1970/1966)

Demo, P. (2018). *Pesquisa e construção do conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas* (4a ed.). Tempo Brasileiro.

De Paula, P. P., Dias, C. A., Couto, F. F., Martins, D. R., & Magalhães-Timotio, J. G. (2024). A importância da ontologia e epistemologia na pesquisa qualitativa: estruturando um método de estudo de caso. *Revista Ponto de Vista*, 13(3), 1-21.

Dias, A. M. I. (2009). Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, 1(1), 37-52.

Emmendoerfer, M. L., Fioravante, A. S. A., & Araújo, J. F. (2018). Federal government actions for the creative territories development in Brazilian context. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 14(1), 400-424. <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.4519239>

Emmendoerfer, M. L. (2019). Creative tourist regions as a basis for public policy. In N. Duxbury & G. Richards (Eds.). *A Research Agenda for Creative Tourism* (pp. 151-166). Edward Elgar Publishing. <http://dx.doi.org/10.4337/9781788110723.00022>

Fadel, C. B., Bordin, D., Kuhn, E., & Martins, L. D. (2013). O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 17, 937-946. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.3811>

Farias, G. B. D. L., Rodrigues, R. S., & Cardoso, S. R. P. (2019). A extensão acadêmica como ferramenta para aprendizagem no ensino superior. *Holos*, 2, 1-15. <https://doi.org/10.15628/holos.2019.9133>

Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (53a ed.). Paz e Terra.

Frutuoso, M. F. P., Rizzo, T. P., Gonzalez, F. T., Santos, C. J., & Corrêa, E. R. (2023). Outros modos de ensinar: A experiência de criar comunidade e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão. *Interface (Botucatu)*, 27, e230159. <https://doi.org/10.1590/interface.230159>

Gomes Rotta, J. C., Razuck, R. C. S. R., Aparecida Viveiro, A., & Salles Porto, F. (2020). A experimentação em um projeto de extensão universitária: Contribuições para a formação de professores de ciências. *Ciências Em Foco*, 6(1), 10. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9915>

Gonçalves, N. G. (2015). Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Um princípio necessário. *Perspectiva*, 33(3), 1229-1256. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229>

Heron, J. (1971). *Experience and method: An inquiry into the concept of experiential research*. Human Potential Research Project, Department of Educational Studies, University of Surrey. <http://www.humaninquiry.com/Experience%20And%20Method.pdf>

Heron, J., & Reason, P. (2006). The practice of co-operative inquiry: Research 'with' rather than 'on' people. In *Handbook of Action Research: Concise Paperback Edition* (pp. 144-154). Sage.

IDE Sisema. (2024). *Infraestrutura de dados espaciais: Massas D'água (ANA/Igam) [Mapa]*. Governo do Estado de Minas Gerais. <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>

Instituto Nacional do Semiárido (2024). *O semiárido brasileiro*. <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 23 dezembro). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

- Macedo, D. A., & Bedrikow, R. (2020). Projetos de extensão do curso de Bacharelado em Enfermagem de uma universidade pública brasileira. *Saúde em Redes*, 5(3), 117-127. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2019v5n3p117-127>.
- Machado, A. M., & Azevedo, L.A. (2015). A atividade de extensão universitária, o Jardim São Remo e uma instituição educacional: desafios na criação de um campo comum de trabalho. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 5(3), 117-127. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2019v5n3p117-127>
- Minetto, C., Botelho, L.L.R., Braun, J.C.A., Lima, D.F., Gauthier, F.A.O., & Macedo, M. (2016). A Extensão Universitária na Formação de Estudantes do Curso de Administração – UFFS. *Revista Conbrad*, 1(1), 33-46.
- Moita, F. M. G. D. S. C., & Andrade, F. C. B. D. (2009). Ensino-pesquisa-extensão: Um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, 14(41), 269-280. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>
- Morais, M. C. A., Emmendoerfer, M. L., Mendes, W. A., & Almeida, F. M. (2022). Effects of cultural, economic and institutional factors on entrepreneurial activity. *Sylwan*, 166(2), 2-19. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15458881>
- Nogueira, M. D. P. (Org.). (2000). Extensão Universitária: Diretrizes conceituais e políticas. PROEX/UFMG.
- Ortega, L. M. (2016). Programa Empreendedorismo-Escola: influenciando a Universidade por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 7(1). <https://doi.org/10.13059/racef.v7i1.189>
- Pascoe, E., Short, M., Whitaker, L., Morris, B., Petrakis, M., Russ, E., ... & Berger, L. (2023). International Network of Co-operative Inquirers: Vision Document. International Network of Co-operative Inquirers. <https://researchoutput.csu.edu.au/en/publications/international-network-of-co-operative-inquirers-vision-document>
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (2018, 19 dezembro). Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior [CNE/CES]. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)
- Santana, R. R., Santana, C. C. D. A. P., Costa Neto, S. B. D., & Oliveira, Ê. C. D. (2021). Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. *Educação & Realidade*, 46(2), e98702. <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>
- Short, M., & Healy, J. (2017). Writing 'with' not 'about': Examples in Co-operative Inquiry. In S. Gair & A. V. Luyun (Eds.), *Sharing Qualitative Research: Showing Lived Experience and Community Narratives* (pp. 188-203). Routledge.
- Silva, M. F. D., & Mendoza, C. C. G. (2020). A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6(8), 119-133. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/06/pesquisa-e-extensao.pdf>
- Thiollent, M. (2002). Metodologia da pesquisa-ação (14ª ed.). Cortez.

Weil, E. (2000). A educação enquanto problema do nosso tempo. In: Pombo, O. (org.). Quatro textos excêntricos (pp. 55-70). Relógio d'Água.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.